

MARÇO DE 2023

RS CONTÁBIL



QUEDA NO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

R\$ 2,9 bi



REDUÇÃO DA RCL

R\$ 4,0 bi



CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL (EXCETO INTRA)

R\$ 746 mi



QUEDA NO RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS)

R\$ 2,1 bi



QUEDA NA RECEITA BRUTA DE ICMS

R\$ 1,5 bi

Números apresentados em milhões de reais acumuladamente até o mês de referência

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

17.929,6	16.832,8
Receita	Receita
-	-
14.817,0	16.648,9
Despesa	Despesa
=	=
3.112,6	183,9

OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

-119,0	-176,4
--------	--------

RESULTADO SEM OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

3.231,6	360,3
---------	-------

2022

2023

RESULTADO PRIMÁRIO

16.795,2	16.580,1
Receitas Primárias com RPPS	
-	-
15.187,2	16.760,9
Despesas Primárias com RPPS	
=	=
1.608,0	-180,8

RESULTADO PRIMÁRIO COM RPPS

12.933,8	12.144,3
Receitas Primárias sem RPPS	
-	-
11.166,4	12.480,2
Despesas Primárias sem RPPS	
=	=
1.767,4	-335,9

RESULTADO PRIMÁRIO SEM RPPS

2022

2023

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

REGIME FINANCEIRO

1.913,6	2.083,1
Receita	Receita
-	-
4.358,5	4.632,7
Despesa	Despesa
=	=
-2.445,0	-2.549,6

FUNDOPREV

144,4	177,6
Receita	Receita
-	-
2,2	2,5
Despesa	Despesa
=	=
142,2	175,1

2022

2023

DESPESAS CORRENTES / RECEITAS CORRENTES

DESPESAS CORRENTES (D)	63.499,3	67.664,4
RECEITAS CORRENTES (R)	71.401,7	70.514,0
% D/R	88,93%	95,96%
LIMITE: 95%	2022	2023

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)

10.847,8	10.056,8
2022	2023

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) COMPREENDE OS ÚLTIMOS 12 MESES

54.268,5	50.225,9
2022	2023

DESPESA COM SAÚDE

% RLIT 8,28% 11,88%

898,3 1.194,7

Mínimo Constitucional: 12%

2022

2023

DESPESA COM EDUCAÇÃO

% RLIT 24,61% 29,44%

2.669,1 2.960,3

Mínimo Constitucional: 25%

2022

2023

DESPESA COM SEGURANÇA

% RLIT 24,55% 25,01%

2.662,9 2.515,7

2022

2023

GRUPO DE DESPESA COM PESSOAL (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)

Ativos	3.099,5	3.458,7
Poder Executivo	2.403,3	2.606,5
Educação	798,9	856,9
Segurança	1.080,9	1.144,7
Outros	523,6	604,8
Poder Judiciário (TJ/TJM)	351,2	480,2
Poder Legislativo (AL/TCE)	107,4	121,8
Ministério Público	169,6	180,7
Defensoria Pública	68,0	69,6
Inativos e Pensionistas	4.409,1	4.655,8
Poder Executivo	3.892,3	4.131,1
Educação	1.309,8	1.390,7
Segurança	1.768,8	1.887,7
Outros	813,8	852,7
Poder Judiciário (TJ/TJM)	305,6	302,7
Poder Legislativo (AL/TCE)	134,3	142,4
Ministério Público	54,5	56,4
Defensoria Pública	22,3	23,3
Despesas Judiciais	165,0	274,4
Outras Despesas com Pessoal	184,1	214,9
Total	7.857,7	8.603,9

* A classificação dos servidores ativos do Poder Executivo foi realizada por Função, já a classificação dos inativos e pensionistas foi realizada por Projeto.

MAR/2022

MAR/2023

RS CONTÁBIL

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Diferença entre as receitas e despesas orçamentárias que pode resultar em superávit ou déficit. É apresentado de forma integral e também com a eliminação dos reflexos das transações intraorçamentárias (realizadas entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social).

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Representa a diferença entre as receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (IPE - Prev), sendo apresentado de forma separada o Regime Financeiro e o Regime Previdenciário (FUNDOPREV).

RESULTADO PRIMÁRIO

Diferença entre as receitas e despesas primárias que pode resultar em superávit ou déficit. São consideradas primárias as receitas e despesas que impactam no endividamento líquido do Estado. O resultado primário exclui do resultado orçamentário as receitas e despesas financeiras e permite avaliar a economia de recursos disponível para amortização de dívida.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

É o somatório das receitas tributárias, contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços, transferências recebidas e de outras receitas correntes, deduzidos os valores das Transferências Constitucionais aos Municípios, Contribuição ao Regime Próprio de Previdência do Servidor, Compensação Financeira entre regimes de Previdência e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB). Serve como parâmetro para verificação e composição de limites e condições estabelecidos na LRF, a exemplo da Despesa com Pessoal e Dívida Consolidada Líquida.

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)

É o total das receitas resultantes de impostos e das transferências constitucionais e legais auferidas pelo Estado, subtraídas as Transferências Constitucionais aos Municípios. Serve como base para o cálculo do valor investido nas despesas com saúde e educação, assim como para a verificação gerencial da despesa com segurança.

DESPESAS CORRENTES / RECEITAS CORRENTES

O art. 167-A da CF/88 instituiu nova regra fiscal que incentiva medidas de controle de gastos, estabelecendo que, ao se apurar, no período de 12 (doze) meses, valor superior à 95% (noventa e cinco por cento) da relação entre despesas correntes e receitas correntes, conforme metodologia estabelecida na NT STN 34054/21, é facultado ao ente, enquanto permanecer a situação, aplicar, as medidas de ajuste fiscal dispostas nos incisos de I a X.

DESPESA COM SAÚDE

São as despesas com ações e serviços públicos de saúde consideradas no cálculo do limite mínimo previsto no artigo 198, § 2, da Constituição Federal, atualmente definido em 12% da RLIT, conforme artigo 6º da Lei Complementar 141/2012.

DESPESA COM EDUCAÇÃO

São as despesas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino consideradas no cálculo do limite mínimo de 25% da RLIT, previsto no artigo 212 da Constituição Federal.

DESPESA COM SEGURANÇA

São as despesas utilizadas na área de segurança pública, incluindo Polícia Civil e Militar. Embora não haja limite mínimo previsto na legislação, a informação é utilizada para acompanhamento gerencial.

GRUPO DE DESPESAS COM PESSOAL (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)

Despesas classificadas no grupo de natureza da despesa 1, correspondendo às despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza. Não considera as despesas intraorçamentárias, a exemplo das contribuições patronais ao IPE Prev e ao IPE Saúde.